

POLÍTICA NACIONAL DE LEITURA E ESCRITA (PNLE) E ODS 4 DA AGENDA 2030: quais as convergências?

Everton da Silva Camillo

Mestrando em Ciência da Informação
pela Universidade Estadual Paulista
(UNESP).

E-mail: everton.camilo@unesp.br

*Claudio Marcondes de Castro
Filho*

Professor do Departamento de
Educação, Comunicação e Informação
da Universidade de São Paulo (USP),
Campus Ribeirão Preto. Professor
permanente do Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação
da Universidade Estadual Paulista
(UNESP). E-mail:

claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

RESUMO

A Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) é uma política pública de Estado entendida como uma estratégia para promover o livro, a leitura, a literatura, a escrita e as bibliotecas no Brasil. Já o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 é um dos 17 ODS da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e representa um compromisso com a educação de qualidade no âmbito dessa agenda, para o desenvolvimento sustentável das pessoas e do Planeta. Em vista disso, este estudo objetivou apresentar convergências entre a PNLE e o ODS 4, e para tanto, o método de pesquisa Análise de Conteúdo de Laurence Bardin foi utilizado para objetivá-lo. Obteve-se como resultado que, embora existam convergências entre a PNLE e o ODS 4 da Agenda 2030, a primeira não explicita em seu conteúdo objetivos que envolvam a primeira infância, a educação pré-escolar, os ensinos técnico, profissional e superior, bem como a educação de adultos. Concluiu-se que frente a uma possível alteração constitucional, a PNLE pode vir a considerar explicitar outras ações como objetivo para o seu conteúdo, a fim de que possa promover o livro, a leitura, a literatura, a escrita e as bibliotecas na sociedade e auxiliar na consolidação de uma educação de qualidade sustentável no Brasil no longo prazo.

Palavras-chave: PNLE. ODS 4. Política Pública. Agenda 2030.

**NATIONAL POLICY OF READING AND WRITING AND
2030 AGENDA SDG 4:
what are their convergences?**

ABSTRACT

The National Policy of Reading and Writing is a public policy understood as a strategy to promote the book, the reading, the literature, the writing and the libraries in Brazil. The Sustainable Development Goal (SDG) 4 is one of the 17 United Nations (UN) 2030 Agenda SDGs and represents a commitment to quality education for the sustainable development of people and the planet. In this sense, this study aimed to present convergences between the National Policy of Reading and Writing and the SDG

4, and for this purpose, the research method Content Analysis by Laurence Bardin was used to objectify it. The study revealed that although there are convergences between the National Policy of Reading and Writing and 2030 Agenda SDG 4, the former does not spell out objectives involving early childhood, pre-school education, technical, vocational and higher education, as well as adult education. Then, it was concluded that in case of having a constitutional change in the National Policy of Reading and Writing, this public policy might consider explicit other actions as objective in its content, so it will be able to promote the book, reading, literature, the writing, and libraries in society while assisting in the long-term consolidation of sustainable quality education in Brazil.

Keywords: National Policy of Reading and Writing. SDG 4. Public Policy. 2030 Agenda.

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) nasceu como um Projeto de Lei do Senado (PLS) – 2012/2016 –, obra da Senadora Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores (PT) do Estado do Rio Grande do Norte. Em entrevista, a parlamentar referiu que acredita que a leitura é a chave mestra para a mobilidade social e o desenvolvimento social pleno, e, além disso, afirmou que “Com leitura são formados cidadãos mais críticos, autônomos e mais bem qualificados; são construídas organizações e instituições — públicas ou privadas e do terceiro setor — mais eficientes, eficazes, inovadoras e responsáveis.” (BRASIL, 2018, não paginado).

Após mais de um ano da sua sanção pelo então Presidente Michel Temer, a PNLE, hoje Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, é instituída como uma estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a literatura, a escrita e as bibliotecas de acesso público no Brasil, e será implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conjuntamente com a sociedade civil e instituições privadas do País (BRASIL, 2018). Desse modo, a PNLE configura-se no contexto brasileiro como uma política pública de Estado que atua na área de promoção do livro, leitura, literatura, escrita e bibliotecas.

Ressalta-se que uma política pública de Estado diverge de uma de governo, na medida em que a primeira não está vinculada a uma proposta de governo ou de um partido político específico.

A política pública de governo é exatamente o oposto da proposta de uma política de Estado, ou seja, vincula-se efetivamente a um partido político. Nessa condição, quando do término do mandato do governante, a política pública elaborada e implementada tende a cair da agenda do Governo sucessor.

Em vista disso, entende-se que o Estado é um conjunto de instituições permanentes por meio do qual as ações do governo são executadas. Essas instituições são os órgãos legislativos, tribunais, exército etc. O Governo, no entanto, é entendido como um conjunto de programas e projetos que uma parte de sujeitos da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil etc.) lançam sobre esta como um todo. Assim, um governo desempenha as funções de Estado por um determinado período de tempo, o tempo do mandato (HÖFLING, 2001).

No que se refere a Agenda 2030, esta foi fixada numa conferência de cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015 em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Oriunda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), essa agenda é um programa de ações para as pessoas, para o Planeta e para a prosperidade, com execução em âmbito planetário e limite para tal até o ano 2030. Dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 1), o ODS 4 (educação de qualidade) visa o seguinte: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.” (PLATAFORMA..., [201-], não paginado).

Figura 1 - Os 17 ODS da Agenda 2030.



Fonte: <https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/>.

Desse modo, o ODS 4 é o que está diretamente ligado à área da educação, e, em razão disso, uma indagação surgiu em relação ao conteúdo da PNLE, concomitantemente ao do ODS 4 da Agenda 2030: quais são as convergências entre ambos?

Isto posto, para solucionar este problema de pesquisa, objetivou-se com este estudo apresentar convergências entre a PNLE e o ODS 4, e, para tanto, alguns objetivos específicos foram delimitados, como: a) criar categorias e indicadores a partir do ODS 4 da Agenda 2030; b) categorizar o conteúdo da PNLE; c) evidenciar as convergências encontradas.

O método de pesquisa Análise de Conteúdo de Laurence Bardin foi utilizado para objetivar o estudo. Desse método, mais especificamente, utilizou-se a técnica de análise temática.

2 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: NOVAS DIREÇÕES PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

O documento *Quality education: why it matters?*, da United Nations (UN), apresenta a educação de qualidade e a sua importância para a atual conjuntura de mundo, e afirma que a educação de qualidade é a chave que permite que outros ODS da Agenda 2030 sejam alcançados no longo prazo, bem como afirma Boeren (2019).

Esse entendimento vai no sentido de perceber que quando há fomento de educação de qualidade na sociedade as pessoas tendem a tomar outros rumos nas suas vidas. Elas são capazes de adentrar outras dimensões de desenvolvimento humano, atuar formalmente no mercado de trabalho, apropriar-se do produto advindo da fruição entre informação, conhecimento, cultura e educação, aprender ao longo da vida e romper com muitas das suas limitações na vida.

Vista de outro ângulo, a educação de qualidade está presente inclusive na luta pela igualdade de gênero. Atualmente, mulheres e meninas são entendidas como sujeitos sociais parte de um grupo que tem tido mais dificuldades para acessar a educação formal, em todos os níveis – do básico ao superior – em alguns perímetros do mundo.

Sabe-se que cerca de um terço dos países em regiões em desenvolvimento, como os da África, não atingiram a paridade de gênero nem mesmo na educação primária, que é parte do ciclo básico da escolarização formal.

“Na África subsaariana, Oceania e Ásia Ocidental, meninas ainda enfrentam barreiras para ingressar nos ensinos primário e secundário.” (UNITED..., [201-], não paginado, tradução nossa). No longo prazo, isso se traduzirá como carência de habilidades fundamentais para que mulheres e meninas possam aprender ao longo da vida, e conseqüentemente outras limitações existirão em decorrência disso, como a falta de oportunidades para mulheres no mercado de trabalho formal, pois muitas carecerão de adequadas formações escolar e universitária.

Esse contexto apenas reforça a desigualdade entre meninos e meninas e homens e mulheres, ação que não condiz com a consequência da oferta de educação com qualidade, igualdade e equidade na sociedade.

A região da África Subsaariana, no norte do continente africano, ostenta reputações pouco admiráveis para o que se entende como efetivo desenvolvimento humano no âmbito da educação. Nessa região, mais da metade das crianças de ambos os sexos não estão matriculadas na escola, o que faz da África Subsaariana a região com o maior número de crianças em idade escolar fora da escola no mundo.

Outra razão para se desenvolver educação de qualidade no mundo, sobretudo em áreas de escolarização precária, é que por meio dela as pessoas também conquistam melhores empregos e têm melhores perspectivas na vida. Assim, ascender profissionalmente e obter boa qualidade de vida são condições intimamente relacionadas com o alcance de uma educação de qualidade, pois ela é uma das molas propulsoras para se empreender mudanças significativas na sociedade (UNITED..., [201-]).

Por essas razões, o ODS 4 da Agenda 2030 tem o potencial para desempenhar algumas ações de democratização da informação, conhecimento, educação e cultura na sociedade, pois objetiva “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.” (PLATAFORMA..., [201-], não paginado).

Perspectiva-se que algumas ações decorrentes da implementação desse ODS na sociedade, no longo prazo, sejam: o desenvolvimento da aprendizagem de formas relevante e eficaz; a garantia de acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar; a asseguarção da educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres; o desenvolvimento de habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho.

Outras decorrências da implementação do ODS 4 na sociedade podem ser: a eliminação da disparidade de gênero na educação, bem como a inclusão de pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas; a garantia do desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas; a aquisição de conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural; a construção e melhoria das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos; a ampliação do acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional; o aumento do número de professores qualificados e formação de professores.

English e Carlsen (2019) relembram que os ODM no ano 2000 já prenunciavam uma agenda para o desenvolvimento sustentável, e que, à época, os mesmos chamaram à atenção a promoção da aprendizagem ao longo da vida, uma concepção surgida no âmbito da educação.

Este foi um conceito projetado não apenas para as pessoas, mas também para o meio-ambiente, mas só em 2015 a ‘aprendizagem ao longo da vida’ ressoaria na então conhecida Agenda 2030, que possibilitou a penetração de uma “nova” percepção de educação nos meandros dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A aprendizagem ao longo da vida permite que cidadãos alcancem trabalhos com melhores salários, melhor saúde, por aprenderem sobre hábitos saudáveis, mais envolvimento em suas comunidades, bem como mais práticas envolventes e ativas de cidadania na sociedade etc., “ [...] [porque] a educação pode agir como um potente “motor” para desenvolver uma sociedade mais coesa e igual.” (BOEREN, 2019, p. 279, tradução nossa, grifo do autor, acréscimo nosso).

A ideia desse conceito é uma dessas que perpassa os tempos, que, de tão longeva, cruzou muitas culturas pelo mundo e foi motivo de atenção em instituições de educação desde a Grécia antiga até as escolas medievais da Europa, no Oriente Médio, na África e no Sul da Ásia.

Para a United... (2018), “O conceito está relacionado a termos como ‘educação fundamental’, ‘educação continuada’, ‘educação básica’, ‘educação ao longo da vida’ e ‘educação recorrente’.” (p. 12, tradução nossa). São relações que evidenciam que essa concepção é um conceito fundado em valores emancipatórios, humanistas e democráticos, como recém houvera observado Hanemann (2019).

Para a UNESCO Institute for Lifelong Learning (UIL) (2014),

[...] a aprendizagem ao longo da vida baseia-se na integração da aprendizagem e da vida, abrangendo actividades de aprendizagem para pessoas de todas as idades (crianças, jovens, adultos e idosos, moças e rapazes, mulheres e homens) em todos os contextos da vida (família, escola, comunidade, local de trabalho e assim por diante) e através de uma variedade de modalidades (formais, não formais e informais) que, em conjunto, atendem a uma ampla gama de necessidades e demandas de aprendizado (p. 2, tradução nossa).

De acordo com a United... (2018), os benefícios da aprendizagem ao longo da vida são surtidos nos âmbitos individual e social.

Na vertente individual, estão incluídos a maior participação das pessoas nas tomadas de decisão na sociedade, mais empregos e melhores oportunidades de trabalho, aquisição de habilidades e qualificações etc. E no âmbito social, a aprendizagem ao longo da vida pode gerar mais igualdade para as mulheres, por exemplo, ao permitir que as mesmas participem das tomadas de decisão não apenas na sociedade, mas também no trabalho, além de lhes conferir mais competência para desempenhar o cuidado e educação familiar dos filhos.

Para os idosos, mais empregos de meio período podem ser ofertados, como actividades sociais parte de políticas sociais baseadas no aprendizado ao longo da vida, que incidem no aumento da perspectiva de vida dessa população, além de valorizar seus saberes e experiências prévios.

Masi (2019) perspectiva que em “[...] 2030 os idosos com mais de 65 anos serão 910 milhões, contra os atuais 420 milhões, motivo pelo qual é legítimo pensar que o século XXI será dos idosos, assim como o século XX foi dos jovens.” (p. 36).

A United... (2018) considera que sociedades em envelhecimento podem se beneficiar com a aprendizagem ao longo da vida. Cidadãos em processo de envelhecimento podem melhorar o conhecimento sobre saúde, ter orientações para a proteção contra doenças, ter o seu nível de expectativa de vida aumentado, bem como ter a possibilidade de desfrutar mais da vida, enquanto expandem seus níveis de actividade física e mental ao longo dos anos.

Além disso, a aprendizagem ao longo da vida também oportuniza que pessoas que antes estiveram impossibilitadas voltem ao sistema de educação formal, permitindo-lhes explorar cada vez mais o potencial que há em si.

Em suma, o conceito de aprendizagem ao longo da vida se expande às áreas da saúde, mercado de trabalho, redução da pobreza, desenvolvimento sustentável,

desenvolvimento do capital humano etc., e prevê impactos positivo e direto na sociedade (UNITED..., 2018).

Para Castleberry, Ward e Stein (2019), “A aprendizagem ao longo da vida é boa para nós, pois os estudos indicam benefícios financeiros, de saúde e sociais.” (p. 757, tradução nossa).

Os próximos anos, até 2030, representam uma corrida contra o tempo para elevar a condição de sustentabilidade no mundo, por meio do desenvolvimento sustentável das nações em 17 áreas distintas. Assim, até esse ano, os inúmeros esforços das nações do mundo deverão focar áreas de importância para a humanidade, em prol das presentes e futuras gerações, bem como para o Planeta como um todo. Nesse processo, a educação de qualidade, e com ela a aprendizagem ao longo da vida, representam, ambas, uma chave-mestra capaz de abrir portas distintas para que mudanças impactantes na sociedade tenham efeito positivo no curto e longo prazos.

3 METODOLOGIA

Os dados da pesquisa foram analisados com base na aplicação do método Análise de Conteúdo (AC).

Bardin (2016, p. 44) entende esse método como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.”

Pode-se dizer que o grande objetivo da técnica de análise temática, que compõe o método AC, é organizar categoricamente um conjunto de mensagens num sistema que traduza as ideias-chave veiculadas pelo conjunto de documentos em análise.

Além disso, a AC possui três fases intrinsecamente relacionadas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A fase de pré-análise, como refere Bardin (2016), “Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas” (p. 125). É nesse momento que ocorrem as leituras flutuantes do(s) documento(s) selecionado(s) para o estudo.

Antes mesmo de analisar o(s) documento(s), Amado, Costa e Crusóé (2014) afirmam que algumas regras devem ser consideradas na montagem das categorias, a fim

de que a validação do sistema categorial possa ter efeito. Eis as regras:

- a) Exaustividade – o sistema de categorias resultante deve abranger todos os itens relevantes para o estudo presentes no corpo documental. Além disso, cada categoria deve abranger por completo o conjunto das unidades de sentido que se coloca sob o seu teto.
- b) Exclusividade – uma unidade de registro não deve pertencer a mais do que uma categoria, sendo de boa prática [...] explicitar os indicadores das unidades a incluir em cada categoria a fim de ‘tornar certos os resultados discutíveis’.
- c) Homogeneidade – um sistema de categorias deve referir-se a um único tipo de análise, não tendo cabimento, portanto, misturar diversos critérios de classificação.
- d) Pertinência – um sistema de categoria deve ser adaptado ao corpus em análise, à problemática e aos objetivos da investigação.
- e) Objetividade – há que evitar a subjetividade e a ambiguidade na sua formulação tornando-a utilizável, de igual modo, por vários investigadores, o que implica uma definição precisa, operatória (diferente da definição lógica) e que se traduz na explicitação metódica dos critérios que nos levam a identificar determinada parcela da mensagem com determinada categoria.
- f) Produtividade – deve oferecer a possibilidade de análises férteis em novas hipóteses e permite avançar para um nível de teorização que não fique apenas pela descrição e pela interpretação imediata dos documentos, mas permita a elaboração de novos constructos coerentes com os dados [...] (p. 335-36).

Em decorrência disso, o Quadro 1 apresenta as categorias elaboradas e validadas.

Quadro 1 – Sistema de categorias.

Categoria A	Desenvolvimento da aprendizagem, habilidades e competências das pessoas
Indicador I	Desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho.
Indicador II	Desenvolver a aprendizagem de forma relevante e eficaz.
Categoria B	Garantia de qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado
Indicador III	Garantir acesso a um desenvolvimento de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar.
Indicador IV	Assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres.
Indicador V	Ter instalações físicas de qualidade para desenvolver a educação com equidade para todos.
Categoria C	Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas
Indicador VI	Eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas.

Indicador VII	Adquirir conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural.
Categoria D	Garantia de direitos mínimos para o alcance de uma educação de qualidade
Indicador VIII	Garantir a alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas.
Categoria E	Ampliação da formação profissional para fomentar a educação de qualidade
Indicador IX	Ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional.
Indicador X	Aumentar o número de professores qualificados e formação de professores.

Fonte: elaborado pelos autores com base em United... (2019).

A segunda fase da aplicação da AC é a exploração do material e, nas palavras de Oliveira (2008), “Consiste no processo através do qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo expresso no texto.” (p. 572).

Para Bardin (2016), se as diferentes operações internas à fase de pré-análise forem concluídas com êxito, então a segunda fase pode ser iniciada. Essa fase consiste em aplicar as decisões previamente tomadas, que inclui a sistematização do conteúdo do material analisado.

Nesta pesquisa, o Quadro 2 revela as unidades de registro pertinentes ao estudo, que tem relação com o objetivo a ser atingido.

As unidades de registro nada mais são do que os trechos do(s) documento(s) analisado(s). Neste estudo, registrou-se 11 unidades de registro totais, que se enquadram em 5 categorias e em 7 de 10 indicadores. Sabe-se que 3 indicadores não acolheram unidades de registro.

No Quadro 2, é possível ver as colunas ‘Categoria’, ‘Indicador’ e ‘Unidades de registro’, e ressalta-se que as categorias e indicadores vêm do sistema categorial elaborado. Nesse processo, os indicadores permitem que as unidades de registro possam se vincular às categorias de maior probabilidade para aderência.

Quadro 2 – Processo de sistematização do conteúdo do material.

Categoria	Indicador	Unidade de registro
Categoria A	Indicador I	“[...] estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.” “[...] a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas.” “[...] valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas.”
Desenvolvimento da aprendizagem, habilidades e competências das pessoas.	Indicador II	(Sem unidades de registro).
	Desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho.	
Categoria B	Indicador III	(Sem unidades de registro).
Garantia de qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado.	Garantir acesso a um desenvolvimento de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar.	(Sem unidades de registro).
	Indicador IV	
	Assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres.	
	Indicador V	“[...] democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade.” “[...] fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações.”
Categoria C	Indicador VI	“O PNLL deverá viabilizar a inclusão de

Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas.	Eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas.	pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e o disposto em acordos, convenções e tratados internacionais que visem a facilitar o acesso de pessoas com deficiência a obras literárias.”.
	Indicador VII Adquirir conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural.	“[...] o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa.”.
Categoria D	Indicador VIII	“[...] incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.”.
Garantia de direitos mínimos para o alcance de uma educação de qualidade.	Garantir a alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas.	
Categoria E	Indicador IX	“[...] promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos.”.
Ampliação da formação profissional para fomentar a educação de qualidade	Ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional	
	Indicador X Aumentar o número de professores qualificados e formação de professores	“[...] fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais.”. “[...] promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas.”.

Fonte: dados da pesquisa.

Já a última fase do método AC é o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

É nessa fase que o analista de conteúdo tem a possibilidade de realizar interpretações em tessitura com o quadro teórico inicialmente desenhado, ou ainda abrir pistas em torno de novas dimensões, tanto teóricas quanto interpretativas

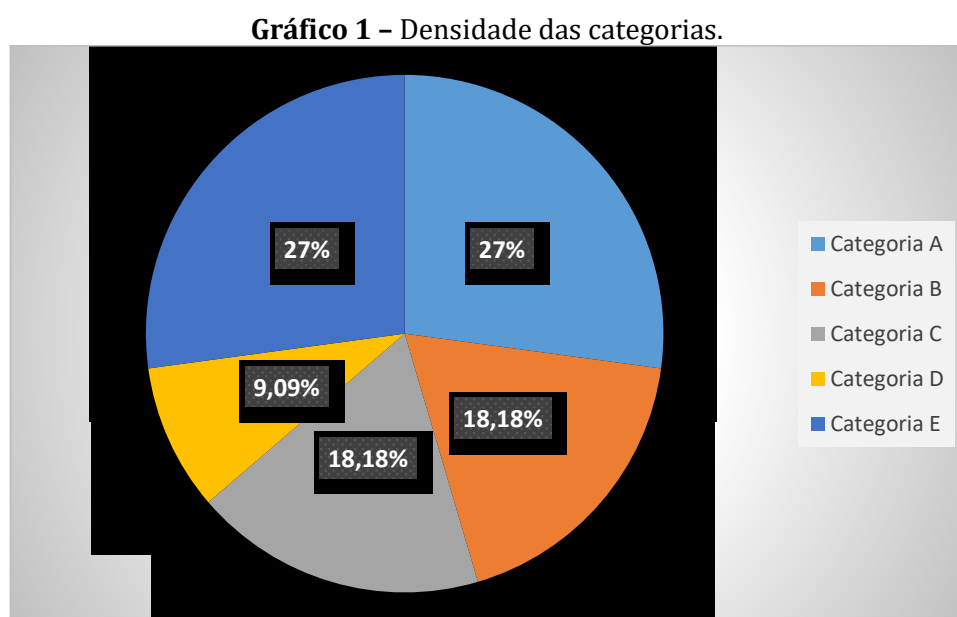
(CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

Bardin (2016) ainda infere que esta etapa, que é a última, é o momento em que os resultados brutos são tratados, ou seja, as operações feitas nesta fase movem-se em sentido de fazer com que o resultado seja “falante”, que consigam conferir informações válidas por meio de procedimentos estatísticos, quadros, diagramas, figuras ou até mesmo a criação de modelos.

Nesta pesquisa, os resultados são apresentados por meio de gráficos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise temática empreendida possibilitou a visualização da densidade das categorias e dos seus respectivos indicadores. O Gráfico 1 apresenta a densidade das categorias.



Fonte: dados da pesquisa.

Compreende-se que as **categorias A** (Desenvolvimento da aprendizagem, habilidades e competências das pessoas) e **E** (Ampliação da formação profissional para fomentar a educação de qualidade) têm os mesmos valores, cada uma detém 3 de um total de 11 unidades de registro.

Ambas as categorias são as mais de maior densidade, quando categorizado o conteúdo da PNLE frente ao sistema categorial elaborado com base no ODS 4 da Agenda 2030. Juntas, essas categorias somam aproximadamente 55% do total de 11 unidades de

registro do estudo. Desse modo, é possível inferir que mais da metade do valor total das unidades de registro advindas da PNLE, frente ao ODS 4 da Agenda 2030, objetivam desenvolver a aprendizagem, habilidades e competências das pessoas, bem como ampliar a formação profissional para fomentar a educação de qualidade.

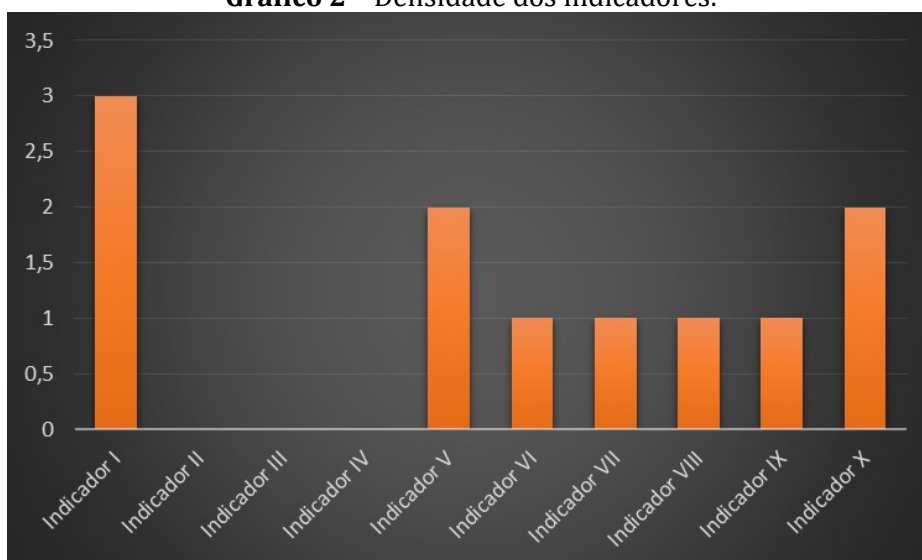
Em vista disso, esses objetivos podem ser alcançados quando do: a) desenvolvimento de ações que favoreçam a aprendizagem de formas relevante e eficaz; b) desenvolvimento de habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho; c) ampliação do acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional; d) aumento do número de professores qualificados e formação de professores.

As demais **categorias – B** (Garantia de qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado), **C** (Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas) e **D** (Garantia de direitos mínimos para o alcance de uma educação de qualidade) – somam juntas pouco mais de 45% do total das unidades de registro.

As categorias II e III correspondem a 18,18% desse total, cada uma. No caso da categoria IV, 9,09%.

No caso do Gráfico 2, este apresenta a densidade dos indicadores.

Gráfico 2 – Densidade dos indicadores.



Fonte: dados da pesquisa.

Mediante tais informações, fica evidente que o **indicador I** (Desenvolver a aprendizagem de forma relevante e eficaz) se destaca em meio aos demais indicadores. Este indicador é o de mais aderências de unidades de registro, 3.

Já os **indicadores V** (Ter instalações físicas de qualidade para desenvolver a educação com equidade para todos) e **X** (Aumentar o número de professores qualificados e formação de professores) enquadram-se na segunda colocação, pois ambos detêm o mesmo valor, 2 unidades de registro cada.

Os **indicadores VI** (Eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas), **VII** (Adquirir conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural), **VIII** (Garantir a alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas) e **IX** (Ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional) somam apenas 1 unidade de registro cada, por isso são menos expressivos.

Contudo, é fundamental destacar que os **indicadores II** (Desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho), **III** (Garantir acesso a um desenvolvimento de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar) e **IV** (Assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres) não detêm nenhuma unidade de registro.

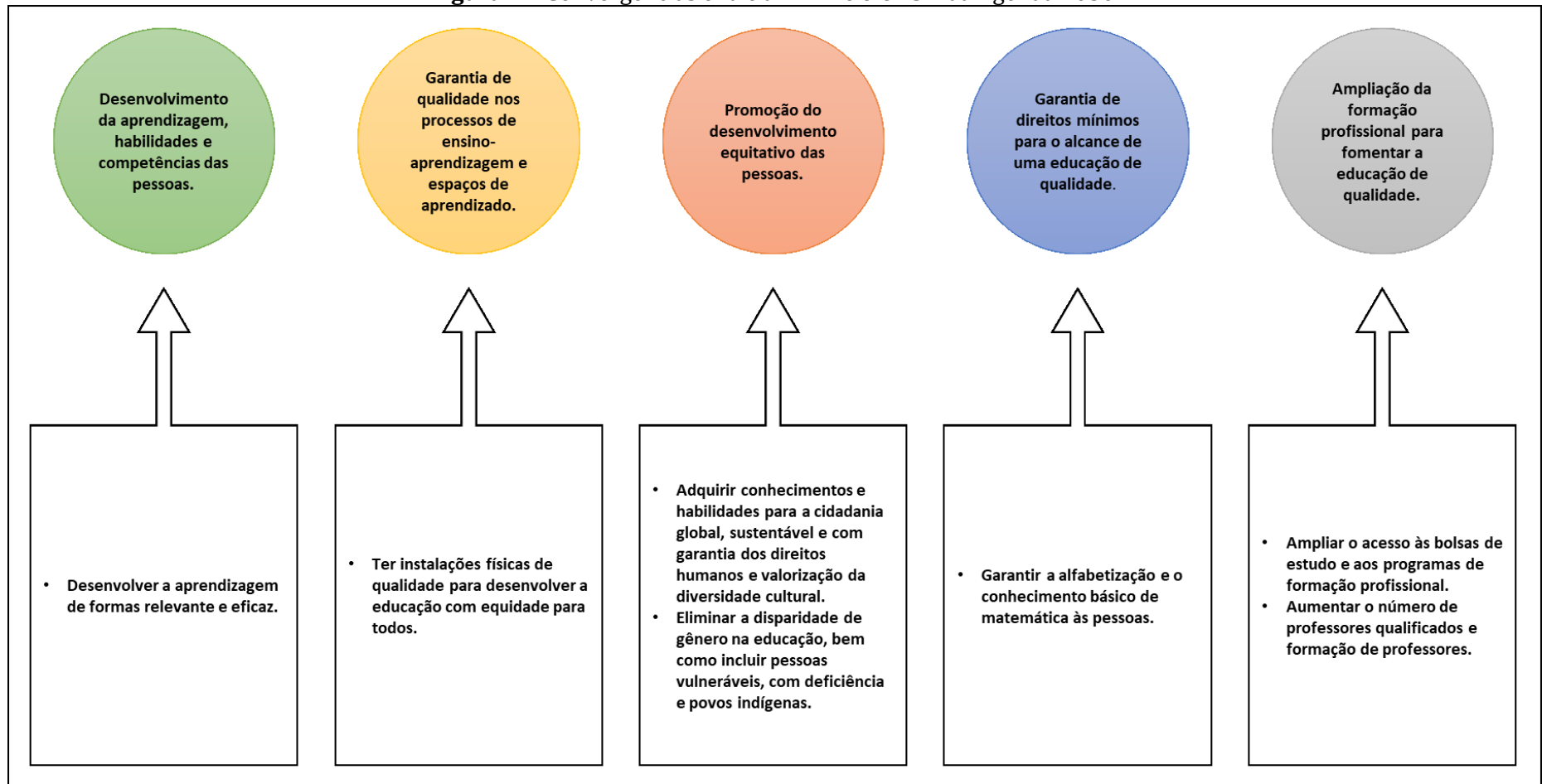
A inexistência de unidades de registro em 3 dos 10 indicadores sugere que além de haver um relativo desequilíbrio na distribuição de unidades de registro por categoria, no que se refere às possíveis convergências entre PNLE e ODS 4, a PNLE não dispõe de ações para agir com contundência frente às necessidades de desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho, garantir acesso a um desenvolvimento de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar, bem como assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres.

Fica evidenciado, assim, um distanciamento entre alguns objetivos da PNLE e o ODS 4 da Agenda 2030 no que diz respeito a determinados pontos.

Embora todas as categorias do estudo tenham sido preenchidas por unidades de registro, o que é positivo à luz do que se defende neste estudo, nem todos os indicadores das mesmas tiveram aderências, situação que chama a atenção.

Em razão disso, a Figura 2 apresenta as convergências encontradas com este estudo.

Figura 2 – Convergências entre a PNLE e o ODS 4 da Agenda 2030.



Fonte: dados da pesquisa.

Desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho (Indicador II), garantir acesso a um desenvolvimento de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar (Indicador III) e assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres (Indicador IV) são ações que não são contempladas na distribuição das unidades de registro, e por isso estas não estão presente nesse mapa.

Sabe-se que o objetivo do ODS 4 é assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida *para todos*. A PNLE não explicitar em seu conteúdo objetivos que envolvam a primeira infância, a educação pré-escolar, os ensinos técnico, profissional e superior, bem como a educação de adultos, a revela como uma política pública de Estado parcialmente convergente com o ODS 4 da Agenda 2030, e devido a isso, pode-se questionar a quem destina-se efetivamente as ações de promoção do livro, leitura, literatura e bibliotecas previstas na PNLE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PNLE é uma política pública de Estado entendida como uma estratégia para promover o livro, a leitura, a literatura, a escrita e as bibliotecas no Brasil. Já o ODS 4 representa um compromisso com a educação de qualidade no âmbito da Agenda 2030 da ONU.

Embora ambos os documentos tenham objetivos diferentes, muitas são as convergências existentes entre si. Por um lado, é possível ver que o conteúdo da PNLE foi aderente a todas as categorias propostas no estudo, embora tenha havido um desequilíbrio na aderência das unidades de registro pelas categorias e indicadores. Isso quer dizer que os objetivos da PNLE são aderentes mais a umas metas do ODS 4 do que outras.

Por outro lado, também é possível compreender com a análise que embora a PNLE seja anunciada como uma estratégia e o ODS 4 represente uma esperança para desenvolver sociedades mais educadas nos distintos países, há ações fundamentais que não foram contempladas na averiguação das convergências.

Desse modo, a PNLE, embora valide-se como uma estratégia para promover o livro, a leitura, a literatura, a escrita e as bibliotecas no Brasil, não é capaz de se alinhar

integralmente ao objetivo do ODS 4 para as sociedades, que é assegurar a educação equitativa e inclusiva, bem como promover a aprendizagem ao longo da vida para todos.

Por fim, a PNLE, frente a uma possível alteração constitucional, deve considerar explicitar algumas outras ações como objetivo para o seu conteúdo, como desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho, garantir acesso a um desenvolvimento de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar e assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres.

Essas são atividades fundamentais que, para além de promoverem o livro, a leitura, a literatura, a escrita e as bibliotecas na sociedade, podem auxiliar na consolidação de uma educação de qualidade sustentável no Brasil no longo prazo.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J.; COSTA, A. P.; CRUSOÉ, N. A técnica de Análise de Conteúdo. In: AMADO, J. (Coord.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 301-351.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOEREN, E. Understanding Sustainable Development Goal (SDG) 4 “quality education” from micro, meso and macro perspectives. **International Review of Education**, v. 65, p. 277-294, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11159-019-09772-7>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- _____. Senado Federal. **Lei cria Política Nacional de Leitura e Escrita**, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/07/13/lei-cria-politica-nacional-de-leitura-e-escrita>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- CASTLEBERRY, A.; WARD, W.; STEIN, S. Lifelong learning inspires the creative art of academic writing. **Currents in Pharmacy Teaching and Learning**, v. 11, n. 8, p. 757-759, 2019. Disponível em: <https://www-sciencedirect.ez87.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S1877129719300784?via%3Dihub>. Acesso em: 07 ago. 2019.
- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- ENGLISH, L. M.; CARLSEN, A. Lifelong learning and Sustainable Developmento Goals (SDGs): probing the implications and the effects. **International Review of Education**, v. 65, p. 205-211, 2019. DOI: 10.1007/s11159-019-09773-6. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11159-019-09773-6>. Acesso em: 01 ago. 2019.

HANEMANN, U. Examining the application of the lifelong learning principle to the literacy target in the fourth Sustainable Development Goal (SDG 4). **International Review of Education**, v. 65, p. 251-275, 2019. DOI: 10.1007/s11159-019-09771-8. Disponível em: 01 ago. 2019.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 jul. 2019.

MASI, D. **O mundo ainda é jovem**: conversas sobre o future próximo com Maria Serena Palieri. São Paulo: Vestígio, 2019.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.

PLATAFORMA AGENDA 2030. Objetivo 4: educação de qualidade. **Plataforma Agenda 2030**, [201-]. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/4/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNESCO INSTITUTE FOR LIFELONG LEARNING. **Technical note**: Lifelong learning. UNESCO Institute for Lifelong Learning: Hamburg, 2014. Disponível em: <http://uil.unesco.org/fileadmin/keydocuments/LifelongLearning/en/UNESCOTechNotesLLL.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

UNITED NATIONS (UN). **Sustainable Development Goal 4**, 2019. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdg4>. Acesso em: 09 out. 2019.

_____. **Quality education**: why it matters. [S.l.: s.n], [201-]. Disponível em: https://www.un.org/sustainabledevelopment/wp-content/uploads/2017/02/ENGLISH_Why_it_Matters_Goal_4_QualityEducation.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Origin, essence and benefits of lifelong learning. *In*: **Promoting lifelong learning for all**: the experience of Ethiopia, Kenya, Namibia, Rwanda and the United Republic of Tanzania. UNESCO Institute for Lifelong Learning: Hamburg, 2018. p. 12-15. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002629/262940E.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.